

31 RBA – Reunião Brasileira de Antropologia
09-12 de Dezembro de 2018, Brasília - DF

GT11 - Antropologia da Moral e da Ética

Carlos Eduardo Valente Dullo (UFRGS) (Coordenador/a); Roberta Bivar Carneiro Campos (Universidade Federal de Pernambuco) (Coordenador/a)

Ressentimento, ironia e recomposição moral da normalidade normativa: os moradores do bairro Varjão/Rangel como empreendedores morais de um trauma cultural

Raoni Borges Barbosa (PPGA/UFPE)
raoniborgesb@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os impactos morais e emocionais no cotidiano dos moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa - PB, o Varjão/Rangel, de um crime banal e cruel, entre iguais, ali ocorrido no ano de 2009. O crime em questão, intensamente escandalizado pelos empreendedores morais locais da cidade (a mídia, a igreja e a administração pública), foi transformado em uma narrativa moral e moralizante para a apropriação moral do bairro como lugar de degradação, ameaça à ordem social, contágio e falência moral paradigmáticas da pobreza urbana da cidade de João Pessoa. Nesse sentido, a análise antropológica parte de relatos etnográficos sobre as fofocas e as conversas informais, os silêncios, os interditos e os processos de rememoração e de organização simbólica dos atores e agentes sociais moradores do Varjão/Rangel em relação às várias tentativas e investidas moralizantes de seu lugar de pertença, reconhecimento e interação pessoalizada, para, assim, buscar compreender a postura ressentida e irônica que se desenvolveu no processo de recomposição moral da normalidade normativa do bairro passados nove anos desde o surto de violência que chocou e envergonhou os moradores do Varjão/Rangel. Trata-se, com efeito, de um esforço em entender a relação tensa de construção de moralidades e de imposição de condutas em relação aos usos morais de uma situação de vergonha-desgraça para empreendimentos morais de reconfiguração, real ou imaginária, da cultura emotiva e dos códigos de moralidade de um lugar tido como problema e como problemático para a imagem oficial e pública de cidade. **Palavras-chave:** falência e recomposição moral, ressentimento e ironia, empreendimento e apropriação moral, bairro do Varjão/Rangel

Abstract: This article aims to analyze the moral and emotional impacts on the everyday life of the residents of a popular neighborhood in the city of João Pessoa - PB, the Varjão / Rangel, of a banal and cruel crime, among equals, occurred in 2009. The crime in question, intensely scandalized by local moral entrepreneurs (the media, the church, and the public administration), has been transformed into a moral and moralizing narrative for the moral appropriation of the neighborhood as a place of degradation, as a threat to the social order, as contagion and as a paradigmatic moral bankruptcy of urban poverty in the city of João Pessoa. In this sense, the anthropological analysis is based on ethnographic accounts of gossip and informal conversations, silences, prohibitions and processes of recollection and symbolic organization of the actors and social agents living in Varjão / Rangel in relation to the various attempts and moralizing investments of their place of belonging, recognition and personal interaction, in order to seek to understand the resentful and ironic stance that developed in the process of moral recomposition of normative normality of the neighborhood after nine years since the outbreak of violence that shocked and embarrassed the residents of the Varjão/Rangel. It is, in fact, an effort to understand the tense relationship of morality building and conduct imposition in relation to the moral uses of a situation of shame-disgrace to moral undertakings of real or imaginary reconfiguration of the emotional and of the codes of morality of a place considered as a problem and as problematic for the official and public image of the city. **Keywords:** bankruptcy and moral recomposition, resentment and irony, enterprise and moral appropriation, neighborhood of Varjão / Rangel

Este artigo tem por objetivo analisar os impactos morais e emocionais no cotidiano dos moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa - PB, o Varjão/Rangel, de um crime banal e cruel, entre iguais, ali ocorrido no ano de 2009. O crime em questão, intensamente escandalizado pelos empreendedores morais locais da cidade (a mídia, a Igreja Católica e a administração pública), foi transformado em uma narrativa moral e moralizante para a apropriação moral do bairro como lugar de degradação, ameaça à ordem social, contágio e falência moral paradigmáticas da pobreza urbana da cidade de João Pessoa, sobre o qual urgia a necessidade de uma ofensiva civilizadora (REGT, 2017)¹.

Nesse sentido, a análise antropológica parte de relatos etnográficos sobre as fofocas e as conversas informais, os silêncios, os interditos e os processos de rememoração e de organização simbólica dos atores e agentes sociais moradores do Varjão/Rangel em relação às varias tentativas e investidas moralizantes de seu lugar de pertença, reconhecimento e interação pessoalizada, para, assim, buscar compreender a postura ressentida e irônica que se desenvolveu no processo de recomposição moral da normalidade normativa do bairro passados nove anos desde o ato de violência que chocou e envergonhou os moradores do Varjão/Rangel². Trata-se, com efeito, de um esforço em entender a relação tensa de construção de moralidades e de imposição de condutas em relação aos usos morais de uma situação de *vergonha-desgraça* (SCHEFF, 1990) para empreendimentos morais de reconfiguração, real ou imaginária, da cultura emotiva e dos códigos de moralidade de um lugar tido como problema e como problemático para a imagem oficial e pública de cidade.

Aqui foi uma banda do céu que caiu

O bairro do Varjão/Rangel teve início com a ocupação do espaço da Mata do Buraquinho, nos anos de 1920, e atualmente ainda abriga moradores oriundos, em sua

¹A ofensiva civilizadora (REGT, 2017) constitui, em linhas gerais, o ritual público, no sentido gusfieldiano de transformação de problemas sociais, - como a violência generalizada e difusa, - em problemas públicos e políticos, - como um programa de ação ou política pública de melhoria e embelezamento da cidade ou no combate à violência urbana imputado à pobreza ou a regiões de pobreza, como as periferias pobres. A ofensiva civilizadora abarca, ainda, a consequente e sistemática intervenção de empreendedores morais para a mudança (ou para a performatização da mudança), em curto prazo, de aspectos pontuais ou mesmo mais amplos do *habitus* (ELIAS, 1997 e 2009) de uma população classificada como passível de moralização, no sentido dos padrões morais da civilização moderna ocidental.

²Bairro de dois nomes, um oficial, *Varjão*, outro oficioso, *Rangel* (KOURY, 2014). Este último produto de uma luta dos moradores para restaurar a imagem pública do bairro, tido como violento, em relação aos demais bairros, e à cidade de João Pessoa, como um todo, como forma de inclusão e reconhecimento social como bairro civilizado, “*bairro do amor*” e “*bom de viver*”.

maioria, de cidades interioranas da Paraíba e de estados vizinhos, em constante fluxo, seja no interior da própria cidade, seja também em movimentos pendulares no sentido interior-capital. A presença de um ethos interiorano tensionado pelas exigências modernizantes da cidade de João Pessoa pode ser percebida tanto na forma do consumo dos espaços públicos, quando, por exemplo, o morador vai à feira de rua e se encontra com amigos e compadres de longa data, aproveitando o acesso a produtos que não se encontram nos supermercados dos bairros nobres da cidade; quanto em expressões e modos de falar próprios de regiões interioranas da Paraíba.

O processo de ocupação dos espaços vem se organizando, desde o início da história do Varjão/Rangel, mediante a invasão de áreas devolutas ou de áreas públicas e de proteção ambiental. Os efeitos deste processo são ainda facilmente verificados no padrão de ocupação de áreas vulneráveis e de risco, como encostas íngremes, margens do rio e áreas de floresta a partir de técnicas populares de autoconstrução. Ali os moradores se concentram em suas pequenas casas e puxadinhos, desenhando ruas desalinhadas, vielas e becos de barro batido, onde uma intensa vida familiar e vicinal acontece, e improvisando situações para o suprimento de necessidades básicas de habitação, como o abastecimento de água e energia elétrica.

Os novos moradores que chegam ao Varjão/Rangel recebem suporte oferecido pelos familiares já estabelecidos no local e pela vizinhança que, articulados em rede, os inserem na economia informal do pequeno comércio e das manufaturas e oficinas do bairro e, destarte, constroem um espaço de interações pautado na lealdade, na intensa personalidade e no monitoramento recíproco constante (KOURY, 2016; BARBOSA, 2015). O Varjão/Rangel é, nesse sentido, pródigo em situações laborais e ocupacionais informais para uma população masculina que sabe lidar com consertos de bicicletas, motos, carros, sofás, fogões e outras máquinas ou utensílios domésticos, ou, ainda, que desenvolva serviços gráficos e de informática de baixa complexidade.

O evento trágico popularmente conhecido como *Chacina do Rangel* pode ser considerado como um divisor de águas na história do bairro do *Varjão/Rangel* e nas memórias que os moradores alimentam sobre o mesmo. Transcorridos mais de nove anos desde o fatídico nove de julho de 2009 em que o crime entre iguais se consumou, o tema ainda permanece um tabu e objeto de vergonha e silêncio por parte dos moradores, mas também como objeto e momento de reflexão sobre as promessas feitas e, no mais

das vezes, não realizadas, pelos empreendedores morais³ locais, - a mídia, a prefeitura da cidade de João Pessoa, a polícia e a justiça, - que se aventuraram na apropriação moral e moralizante do crime de chacina como narrativa dramática de *Chacina do Rangel*.

O exercício etnográfico de perceber e compreender os interditos, os breves desabafos e as sutis ironias e ressentimentos que compõem as memórias locais sobre este *momento crítico* das sociabilidades pessoalizadas e engolfadas de uma figuração social pobre e estigmatizada, - mas bastante preocupada em manter e preservar suas fachadas individuais e coletivas de pessoas de bem que lutam pelo reconhecimento moral da cidade de João Pessoa, - foi possível somente mediante um conjunto de estratégias metodológicas entrecruzadas. Estas estratégias combinaram procedimentos vários, como a observação direta do local do crime e arredores, a montagem de um banco de imagens sobre crimes banais e cruéis ocorridos na cidade de João Pessoa, passeios diversos pelo bairro do Varjão/Rangel e levantamento histórico, geográfico e sociopolítico de acontecimentos pertinentes no bairro.

O crime de chacina apontava, em síntese, como relataram os moradores vizinhos e próximos das famílias então vítimas e agressoras, de um infeliz crime entre iguais, motivado por banalidades, ressentimentos e mágoas cotidianos (KOURY et al. 2010 e 2013) espiralados até uma *situação limite* das *vulnerabilidades interacionais*⁴ (GOFFMAN, 2012) ou *ponto de não retorno* (ALBERONI, 1981) em que as *ofensas morais* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008 e 2011) reciprocamente trocadas tornaram-se um sentimento insuportável de *vergonha-desgraça* (SCHEFF, 1990) canalizada como *ira-raiva* (SCHEFF e RETZINGER, 1991) e, ato contínuo, como violência contra

³Extraído de leituras de Becker (2008), mas também enriquecido a partir dos conceitos de *cruzado simbólico*, de Gusfield (1986), de *especialista*, de Giddens (2002), e de *dramatis personae*, de Geertz (2012), o conceito de empreendedores morais aponta para a ação pública de atores e agentes sociais destacados no espaço público, e também político, de uma sociabilidade dada. Os *empreendedores morais*, nesse sentido, atuam como articuladores de agendas sociais de intervenção pública e de transformação social, ou como fazedores de novas regras morais ou como figuras e personagens ritualmente influentes na definição das situações e dos problemas sociais de um contexto interacional e societal específico.

⁴Goffman (2012, p. 534-600) entende por vulnerabilidades interacionais as vulnerabilidades da experiência enquadrada, o que significa a possibilidade sempre presente de enganos e manipulações, desentendimentos e mal-entendidos, assimetrias informacionais, expectativas frustradas e quebra de confiança no jogo comunicacional. Desta forma, Goffman chama a atenção para o caráter processual, imprevisível e criativo da ordem interacional, que oscila entre consensos e dissensos circunstancialmente negociados, tensos e conflituais. As vulnerabilidades interacionais, pensadas principalmente a partir de categorias analíticas goffmanianas (GOFFMAN, 2012a), são também problematizadas com base no que Arendt (2010) entende por *fragilidade dos assuntos humanos*. Fragilidade esta inerente ao mundo da ação e do discurso, ou seja, ao espaço-entre subjetivo que constitui a teia de relações humanas.

o outro próximo (COELHO, 2010). A dinâmica interna do crime de chacina, com efeito, deve ser compreendida no âmbito relacional da figuração social mais ampla em que o mesmo veio a se materializar, tornando-o, assim, um objeto de interesse para a apropriação moral e emocional da pobreza urbana.

Esta figuração social preme de tensões e vulnerabilidades interacionais deve ser compreendida, por sua vez, a partir de suas formas sociais mais influentes para o comportamento individual cotidiano, como a Rua Oswaldo Lemos (local do crime), caracterizada pelas suas relações primárias extensas e de intensa copresença, e como a própria vizinhança em que agressores e vítimas estavam envolvidos em fortes vínculos de solidariedade e reconhecimento. Mas também de dívidas morais e de estratégias de evitação e de descrédito velado das hierarquias, distâncias e deveres assumidos pelos atores e agentes sociais em jogo comunicacional, tais como: a jocosidade, o bullying, as justificativas de si e as acusações do outro, as pequenas agressões à propriedade e às pessoas, as ofensas morais reiteradas e etc.

Esta intensa pessoalidade entre os moradores é característica das sociabilidades em todo o bairro do Varjão/Rangel, fortemente ligados por vínculos de parentesco e compadrio, lealdade e amizade, confiança e dádiva, em redes engolfadas de interdependência; assim como a copresença continuada em ruas estreitas que abrigam vilas e residenciais conjugados, com portas e janelas quase que se invadindo. A intensa pessoalidade e as redes engolfadas de interdependência, somadas ao estigma que pesa sobre a sociabilidade de identidade dupla e dúbia do bairro, constituem e potencializam as vulnerabilidades interacionais e as possibilidades sempre presentes de insulto moral características daquele espaço interacional.

O *Varjão*, - sempre conhecido na cidade como sociabilidade problemática e violenta e como moralidade degradada, - se opõe ao *Rangel* como esforço positivo dos moradores de moralização e integração do bairro à cidade. *Varjão* e *Rangel*, portanto, representam lugares e narrativas que buscam a invisibilização do outro em um mesmo espaço de relações (BARBOSA, 2015).

Enquanto que o primeiro, o *Varjão*, remete a uma ideia de paisagem e de espaço ainda a ser colonizado pela ação humana civilizada: a grande várzea do Rio Jaguaribe, situada, em épocas passadas nas franjas da cidade; o segundo lugar, o *Rangel*, enfatiza, por um lado, a presença imaginária de uma família tradicional e destacada na cidade de João Pessoa como proprietária das terras em que se desenvolveu o bairro e, também,

como um dos elementos humanos civilizadores do espaço, assim como, por outro lado, a nomenclatura *Rangel* reforça o projeto coletivo dos moradores pela conformação das antigas comunidades da várzea do rio como bairro integrado moral, administrativa e economicamente na cidade de João Pessoa.

Neste espaço onde todos se conhecem como moradores do Varjão/Rangel, o sentimento de pertença e as obrigações morais de dádiva, fidelidade e gratidão tem por base o compartilhamento de afetos, histórias de vida, reputações, laços de sangue e elementos simbólicos que cimentam códigos de semelhança e dessemelhança. Códigos que regulam a oscilação dos discursos entre o amor e o ódio, assim como o envolvimento e a negação de si e do outro enquanto pertencente àquela sociabilidade.

Nesse sentido, *Varjão*, *Rangel* e Varjão/Rangel não são nomenclaturas que representam complementaridades, acordos ou jogos de alianças entre possíveis leituras de passado e de projetos de futuro, mas como imagens de lugares sobrepostos em um mesmo território e que se chocam em disputas morais e identitárias inconclusas. Estas são tensões são oportunamente utilizadas pelo morador para se identificar e para se desidentificar em situações variadas de envolvimento cotidiano, conforme o enquadre e a definição que fazem de cada situação.

O *Varjão*, no entanto, é consensualmente tido como o espaço dos *engraçadinhos* (jovens conhecidos e problemáticos, que perambulam pelo bairro e se envolvem com pequenos ilícitos), da *mundiça* (famílias que apresentam comportamentos moralmente reprováveis, como a prática de escandalização de intimidades, de problemas com drogas e dívidas e de usos de espaços públicos tidos como inapropriados), da violência entre figuras desviadas (bêbados contumazes e pequenos bandidos), problemáticas ou mesmo vergonhasamente degradadas à condição de *não pessoas* (tem-se, aqui, o exemplo dos mendigos que vivem nas proximidades do mercado público do bairro, dormindo nas calçadas e alimentando-se das sobras da feira).

Não se faz possível, contudo, diferenciar *bons* e *maus*, *estabelecidos* e *outsiders* no Varjão/Rangel, haja vista que não há, no bairro, um centro difusor e impositor de condutas, com base na fofoca, de uma etiqueta tida como superior e mais sofisticada. As fronteiras e hierarquias visíveis e invisíveis no bairro são móveis e não se apresentam de forma unívoca e rígida, de modo que o estigma se distribui por todo o bairro na forma de acusação sempre possível de enunciação do outro como *Varjão*. As estratégias de identificação e de integração no bairro, desta forma, dependem de onde parte a

construção simbólica dos atores e agentes sociais em processo de negociação, disputa e apropriação moral recíproca, isto é, da definição da situação e do outro (ADAMS, 2007).

O cenário do crime de chacina transformado na narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, portanto, é o da pobreza urbana em um bairro periférico central. Cenário este, contudo, que apresenta ainda resquícios acentuados de uma convivência comunal fortemente pessoalizada e mesmo engolfada (SCHEFF, 1990). As famílias e vizinhos, ali situados há três ou quatro gerações (algumas famílias relatam que chegaram com suas carroças, vindos do interior da Paraíba, ainda na década de 1920), convivem em uma grande abertura para o intercâmbio de intimidades e de dádivas, tal como se percebe nos pequenos, mas significativos gestos de solidariedade, de confraternização em que participam grupos de mais de uma dúzia de vizinhos, e de circulação de crianças e jovens pelas casas.

Não raro se verifica grupos de jovens que varam à noite despreocupados jogando com seus consoles, nos terraços abertos, assim como rodas de conversas no adentrar da madrugada e “moitinhas” de compadres que levam para passear os seus passarinhos, utilizando-se do ar revigorante que chega da Mata do Buraquinho e da “praçinha” que se tornou o inconcluso *Monumento à Paz* improvisado no local exato da chacina⁵. O contexto engolfado da sociabilidade Varjão/Rangel, de intensa pessoalidade, copresença acentuada e forte monitoramento recíproco do comportamento do outro relacional, com efeito, está sempre mediado por uma postura de discrição e de respeito às reputações do outro com quem se convive intensamente.

Este Nós relacional formado por laços bastante estreitos, assim, é o elemento social que preenche a Rua Oswaldo Lemos com uma gramática moral e emocional própria: a do respeito à fachada coletiva de todos enquanto moradores do lugar e à fachada do outro individual com quem muitas vezes se compartilha o lugar de trabalho, e da solidariedade entre vizinhos em um contexto quase que familiar. Diferentemente, portanto, das sociabilidades urbanas periféricas tomadas pela grande violência do tráfico de drogas e das gangues juvenis, a Rua Oswaldo Lemos não se caracteriza por

⁵Ultimamente o lugar vem sendo utilizado por crianças e adolescentes da Rua Oswaldo Lemos, da Rua Rangel Travassos e arredores que o transformaram em uma quadra improvisada de futsal e de baleado (jogo em que duas equipes rivais buscam acertar a outra atirando uma bola de borracha de tamanho médio; também conhecido como *queimado* ou *jogo do mata*), em ponto para empinar pipa e em salão ao ar livre para encontro de passarinhos do Varjão/Rangel. O lugar, assim, foi apropriado moralmente pelo morador do bairro, ainda que permaneça como um lugar interdito para muitas atividades cotidianas tidas como não condizentes e desrespeitosas para com a memória do evento trágico ali ocorrido.

fenômenos de violência urbana crônica como toques de recolher ou pela Lei do Silêncio⁶.

No caso do crime de chacina transformado na narrativa de *Chacina do Rangel*, a violência intensamente cruel se deu entre pessoas não somente socialmente iguais, mas, antes de tudo, extremamente próximas, praticamente íntimas, e que se conheciam e se reconheciam desde muitos anos como moradores da Rua Oswaldo Lemos e do bairro do Varjão/Rangel, de modo que, em tese, eram atores e agentes sociais unidos nas redes de pertença e de memórias e projetos comuns do lugar. A ruptura total dos laços afetivos entre as famílias envolvidas no crime não ocorreu em razão de dívida de jogo ou de transgressão aos códigos impositivos dos senhores do tráfico de drogas, de modo que o evento pudesse ser justificado a partir da narrativa policial típica de execução de mais um endividado com o tráfico em uma “boca de fumo”, tal como aconteceu no caso da notícia supracitada.

Da mesma forma que não havia entre as famílias qualquer disputa por bens econômicos que pudesse desatar desentendimentos movidos por cálculos econômicos e tamanha fúria destruidora entre os seus membros. Agressores e vítimas, pelo contrário, partilhavam de um mesmo mundo social, compartilhando, por exemplo, no caso do homem adulto de cada família, do mesmo ofício de gesseiro em uma fabriqueta de gesso improvisada ali mesmo na casa da família chacinada, na Rua Oswaldo Lemos⁷. Os filhos de ambos os casais brincavam conjuntamente, assim como as respectivas esposas e donas de casas conviviam intensamente no cuidado dos filhos, na realização das tarefas da casa e nos contatos com os vizinhos e parentes da rua e da vizinhança.

Longe de um contexto interacional e situacional marcado pela grande violência ou pela discórdia passível de observação racional por terceiros, a violência banal entre iguais da *Chacina do Rangel* se assemelha mais a um desentendimento familiar que fugiu ao controle dos interactantes, já bastante excitados pelo espiral crescente de provocações reciprocamente dirigidas, mas que, do início ao fim, permanece como tensão e disputa moral e emocional de arranjos e recursos internos e íntimos às famílias

⁶Muito pelo contrário, ali se vê o morador à vontade, com portas e janelas abertas, organizando seu lazer de final de semana na própria rua, literalmente; trata-se, assim, de uma região moral ou de um mundo social fortemente regido por códigos de reconhecimento, solidariedade, amizade e pertença. A tradição comunitária é vivida na fofoca e na jocosidade diária e na partilha de destinos laborais e domésticos marginalizados e envergonhados pelo olhar modernizante da cidade de João Pessoa.

⁷Entre a vítima e o agressor da chacina havia um regime de dádiva e de trocas de favores que se expandia para as duas famílias envolvidas no crime: ambas formavam uma comunidade de afetos. Carlos José Soares, que veio a tornar-se nacionalmente famoso como o “Monstro do Rangel”, foi levado e iniciado no ofício de gesseiro por Moisés Soares Forte.

envolvidas no crime⁸. Os instrumentos domésticos utilizados como armas brancas pelo casal agressor, - um facão e uma faca peixeira de cozinha, - assim como o grau de desorganização e de improvisação das ações violentas verificadas na cena do crime, revelam um contexto interacional pessoalizado, perpassado por quebras de confiança⁹ e pequenas mágoas e ofensas morais acumuladas, muitas vezes silenciadas e que, em uma situação-limite de fúria e de ira-raiva (SCHEFF e RETZINGER, 1991; COELHO, 2010), despontou como desfiguração moral e violência destruidora do outro próximo tido como extensão de si mesmo.

O acúmulo de pequenas mágoas entre estes atores e agentes sociais remete a um contexto de potencialização das vulnerabilidades e fragilidades interacionais até sua configuração como situação-limite e ruptura com a normalidade normativa. O convívio dos agora assassinos e vítimas em regimes de intensa pessoalidade e acentuada copresença indica uma situação de engolfamento das personalidades, ou seja, um contexto interacional em que os atores e agentes sociais em jogo comunicacional¹⁰ se vêem em situações não de todo controladas e que se expõem perigosamente à ambivalência das ações individuais, podendo estas ser interpretadas e antecipadas como ameaça a si próprio e ao grupo de atores e agentes sociais envolvidos na situação.

O casal de criminosos era ligado à família chacinada por fortes laços de parentesco e compadrio. Estes laços, não somente de sangue, mas, sobretudo, de gratidão (SIMMEL, 2010) e de fidelidade (SIMMEL, 2003), vêm a ser o elemento desfeito em um processo longo, milimétrico e muitas vezes inconsciente na micropolítica cotidiana das emoções (REZENDE e COELHO, 2010). Este processo intersubjetivo de construção de sentidos sociais se reforça no acúmulo de pequenas mágoas e desentendimentos que redundam em ressentimentos profundos entre os relacionais, quebra de confiança e tem como desenlace a violência entre iguais que caracteriza a destruição de vínculos de intensa proximidade e pessoalidade, em que o Eu

⁸O Processo Judicial do caso da Chacina do Rangel (PROCESSO N° 200.2009.023.125-5) explorou exaustivamente a íntima relação entre as famílias de agressores e vítimas, enfatizando como a confiança e o respeito que as unia foram paulatinamente esgarçados por práticas de fofoca depreciativa, de jocosidade agressiva e de pequenas agressões físicas.

⁹Ver em Zamboni (2009) a discussão sobre a questão da confiança na teoria social.

¹⁰Cooley (2017), nesse sentido, enfatiza a noção de *self* autoespelhado como elemento central da indeterminação do jogo comunicacional. Goffman (1998), por sua vez, discute a tensão no jogo interacional de enfrentamento de fachadas individuais e coletivas, assumidas e negociadas a cada enquadramento situacional, com todos os riscos e perigos inerentes aos encontros e desencontros possíveis, e jamais per si determinados, de atores e agentes sociais formando e rompendo alianças.

e o Outro se constroem enquanto extensão um do outro, como projeto coletivo e moralidade específica.

Esta socialidade primária (PARK et al., 1925; BERGER, 2001), com suas hierarquias invisíveis, estaria baseada em uma forte solidariedade e reciprocidade nas ações comuns em ambas as famílias vizinhas, como por exemplo, as trocas de favores, o cuidado compartilhado dos filhos e as refeições diárias feitas conjuntamente. Havia, também, fortes laços e grandes expectativas que uniam Carlos José e Moisés Soares no local de trabalho e na convivência na Rua Oswaldo Lemos, ou seja, no mundo da vida de forma mais ampla. Conforme consta no Processo Judicial referente à *Chacina do Rangel* (Processo N° 200.2009.023.125-5, locado no Fórum Criminal, Comarca de João Pessoa, 1º Tribunal do Júri – Chacina do Rangel)¹¹:

Interrogatório (Folhas 259-264)

- Carlos José: residente na Rua Oswaldo Lemos, 70, bairro do Rangel; operador de máquina; sem antecedentes criminais; trabalhava como gesseiro na companhia de Moisés e Antonio, cunhado de Moisés e conhecido como João; tinha uma relação amistosa com Moisés e um não mexia com o outro; foi demitido, mas saiu de cabeça erguida; Moisés e João ficaram com piadinhas e ele foi tomar satisfação; Moisés lhe teria dito para se afastar, senão o cortaria com um facão; que nunca mexeu com Priciano e com a família, mas chegou a lhe dar um cascudo, porque Priciano mexia com ele; Moisés disse que falaria com João sobre o caso e que daria parte de Carlos, que ele sentiria o peso da mão de Moisés; diante disso Carlos começou a se amedrontar; houve também uma discussão por conta de uma galinha que Moisés teria matado e jogado no quintal de Carlos; que Edileuza o aconselhava a dar parte de Moisés, enquanto João aconselhava Moisés a dar parte de Carlos;

VII – Pode contar todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração?

R. QUE na noite que antecedeu a madrugada do crime o interrogado trabalhou toda manhã até às 05h00 da tarde; QUE após chegar do serviço, tomou banho, tomou café, viu televisão, assistiu o jogo; QUE era um jogo do Cruzeiro e outro time; QUE em seguida desligou a televisão e ficou normal; QUE Edileuza estava em sua companhia assistindo o jogo e depois foi dormir normalmente com as crianças; QUE ficou sem sono e de repente deu um negócio na sua cabeça impulsionando o acusado para ir até Moisés; QUE o interrogado resolveu pegar um facão e uma peixeira e desceu para casa de Moisés; QUE não chegou a amolar o facão; QUE chegando na casa das vítimas o acusado fastou a porta de baixo e entrou; QUE conhecia a casa das vítimas por dentro porque já tinha entrado lá algumas vezes; QUE ao adentrar na casa das vítimas pela cabeça do acusado não passava a ideia de fazer mal nem a mulher, Divanise, nem às crianças, mas só pegar Moisés; QUE foi direto para o quarto de Moisés, onde este estava com a esposa e a criança [...] QUE no momento em que feriu a vítima estava completamente cego de raiva, daí porque não sabe quantos golpes aplicou; QUE não sabe dizer porque ou outros não correram após Moisés ter sido ferido e começar a gritar por socorro; QUE o interrogado afirma que só lembra quando atacou Moisés não

¹¹A ação da Justiça, como empreendedor moral e cruzado simbólico, será detidamente analisada no capítulo 5 desta Tese.

se recordando se feriu Divanise, a menina Raissa, o menino Ryan, seu irmão Ray, e Cinthia Raquel; QUE só conseguia ouvir os gritos de Moisés; QUE nesse momento Edileuza não estava em companhia do interrogado; QUE chegou a ver Priciano no interior da casa; QUE não sabe dizer porque Priciano não foi ferido; QUE o interrogado após o fato foi para casa saindo da casa de Moisés muito agoniado e nervoso [...] QUE o acusado nunca tomou remédio controlado, nunca foi interno de colônia alguma e nem nunca foi considerado doído [...].

VIII – Tem algo mais a alegar em sua defesa?

R. QUE tem a dizer ainda que se desculpa perante todo o Brasil porque não tinha a intenção de fazer mal a esses meninos e a mulher, e que estava apenas com muita raiva de Moisés [...] (Folhas 260-261).

- Edileuza de Oliveira dos Santos: residente na Rua Oswaldo Lemos, 70, Rangel; do lar; sem antecedentes criminais; nega as acusações; somente Carlos participou do crime; se encontrava em sua residência e ouvira os gritos da vítima Moisés; ali estavam presentes a mãe de Carlos e um primo seu chamado “Digue”;

VII – Pode contar todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração?

R. QUE passou a conhecer Divanise quando esta começou a pedir a interrogada que quando ela tivesse uma roupinhas de menino usada a ela para ela dar aos filhos para usarem; QUE a interrogado chegou a dar algumas roupinhas algumas vezes; QUE o acusado Carlos José chegou a trabalhar com João numa fábrica de gesso por trás da casa das vítimas; QUE sabe informar que Carlos deixou de trabalhar no gesso mas não saiu brigado com Moisés; [...] QUE em princípio a convivência era harmoniosa mas depois começou a surgir pequenos incidentes originando-se do fato de que Priciano ficava apelidando o filho de Isael da interrogada; QUE ficava chamando de “Djalma” (*nome de um tio doente mental de Isael*) e outros apelidos de menor importância; [...] QUE quando Carlos soube deste fato uma certa vez deu um cascudo em Priciano; QUE isso gerou descontentamento na família e passaram a mandar Moisés dar parte de Carlos mas Moisés nunca deu; [...] QUE informa também que meses antes deste fato quando ainda estava grávida do seu filho recém-nascido o acusado lhe deu uma galinha com vários pintos; QUE a acusada passou a criar e que dias depois a galinha desapareceu; QUE a interrogada ficou triste e o seu cunhado chegou dizendo que tinha visto a galinha morta no quintal da casa de Moisés; [...] QUE Carlos voltou consumados os crimes e veio deitar-se na cama ao lado da interrogada completamente nu; QUE a interrogada não viu se ele banhou-se, se lavou a cabeça, se lavou as mãos; QUE a interrogada comentou para o seu marido, mas Carlos veja só bonito pra você matou esse povo, agora você vai ser preso e eu posso ser presa também porque sou sua mulher [...] (Folha 264).

- Contra-Razões da Apelação de Carlos José Soares de Lima, por parte do Ministério Público:

Folhas 525/527

Argumenta a defesa a existência de animosidade entre o recorrente e uma das vítimas (Moisés), que teria culminado até mesmo em ameaças de morte [...].

Primeiramente, alegou que a inditosa vítima, no ambiente de trabalho, “lhe aperreava, lhe xingava”. Depois, teria pego uma galinha de sua propriedade e matado, somente para provocar-lhe. Por fim, depois de uma discussão ocorrida entre os filhos de ambos, em que o recorrente deu um cascudo em Priciano, filho da vítima, este o teria ameaçado de morte, evento, todavia, verificado cerca de quinze dias antes dos crimes investigados neste processo.

[...]

Na hipótese em descortino, o que causou aborrecimento nos acusados foi justamente as “brigas e arengas” entre as crianças, filhos do casal vítima e acusado [...] que torna o motivo totalmente desproporcional em relação aos crimes, em vista de sua banalidade.

- Relatório da Apelação Criminal de Carlos José Soares de Lima e de Edileuza de Oliveira dos Santos, por parte do Tribunal de Justiça, Gabinete do Desembargador:

Folha 581

Toda querela surgiu pelo fato dos filhos dos ora denunciados e dos do casal Moisés Soares Forte e Divanise Lima dos Santos se apelidarem mutuamente. Como resultado desta prática, que é comum entre crianças e adolescentes, o acusado Carlos José Soares de Lima passou a ser chamado de ‘CEGO’, em referência à sua deficiência visual, o que o incomodava, bem como a sua esposa, a acusada Edileuza Oliveira dos Santos, popularmente conhecida por ‘LEDA’. Já a vítima Priciano Soares dos Santos, um dos filhos das vítimas Moisés Soares Forte e Divanise Lima dos Santos, constantemente era alcunhado de ‘MACACO’ e ‘NEGRO SAFADO’, dentre outros adjetivos degradantes, humilhantes e com caráter discriminatório.

[...] por conta desta intriga, Carlos José Soares de Lima já tinha agredido fisicamente Priciano Soares dos Santos com um cascudo [...] ao que parece, o que motivou a decisão de praticarem os delitos, o que fizeram na forma premeditada, fato batizado pela imprensa e pela sociedade como a ‘CHACINA DO RANGEL’.

Com efeito, a chacina aqui etnografada como situação-limite, - ou seja, situação social em que as vulnerabilidades interacionais desbordam para processos totais de ruptura de vínculos e de processos de violência física e simbólica, como observado na forma de tentativa de justicamento popular -, deve ser entendida em um contexto definido e interpretado pelos atores sociais envolvidos como de quebra de confiança e de vergonha-desgraça. Contexto este em que cada ator e agente social, como homem total, participa das tramas relacionais e interacionais da cultura emotiva de uma sociabilidade dada, sendo, assim, atingido pelos processos de escândalo e contágio social das reciprocidades positivas e negativas.

O crime entre iguais, vizinhos próximos e ligados por vínculos de afinidade e parentesco, que se frequentavam mutuamente, nesse sentido, chocou e escandalizou os moradores do bairro em razão da combinação enigmática de violência absurdamente cruel e de motivação banal da ação violenta, entendida de forma imediatista pela platéia que se deparava com os corpos mortos desfigurados naquela cena de horror e que desesperadamente buscava uma forma de retorno à normalidade normativa. O impacto

moral e emocional da violência extrema “*chocou a vizinhança toda, geral*”, como enfatizou Dona Neusa¹², vizinha dos autores da chacina e da família vitimada.

Este episódio banal de desentendimentos e buscas de explicações, assim, termina com uma chacina em que Moisés Soares Forte, Divanise Lima dos Santos, grávida de gêmeos, e mais três filhos foram cruelmente assassinados. Essa narrativa midiática da tragédia foi lida, no processo judicial, e comunicada à população de João Pessoa, com ênfase na lógica actancial dos agressores: eles aparecem como que guiados por sentimentos de humilhação canalizados para uma violência destruidora do outro próximo, outrora íntimo e confidente, mas que gradualmente, em razão de processos de quebra de confiança, se transformara em uma imagem espelhada e moralmente invertida de si mesmo.

A narrativa midiática mais geral, por sua vez, enfatizava a irracionalidade, a monstrosidade e a crueldade da violência banal entre os iguais, percebidos como elementos imprevisíveis e perigosos da pobreza urbana. De acordo com notícias de última hora de um jornal on-line, por exemplo:

O cenário do crime revela a verdadeira carnificina. Crianças degoladas e partes dos corpos separados por golpes de facão em vários locais da residência. Uma mão de uma das crianças foi encontrada em cima de um guarda roupa da residência (CLICKPB, 2009).

O crime de chacina, contudo, pela sua enigmática combinação de motivação banal e de violência cruel, foi recepcionado pelos moradores próximos, do Varjão/Rangel em geral e bairros adjacentes, como uma profunda quebra de confiança. A quebra de confiança por parte do outro relacional que ultrapassa o costume, a lei ou a moralidade de forma irrecorrível, tornando-se ele, assim, um indivíduo ameaçador, impuro, sujo, perigoso e contaminador, pode vir a se configurar nos contextos mais banais da sociabilidade cotidiana do homem simples, como também configurar atos terríveis de perversão e violência contra o outro. É neste sentido que o *Monstro do Rangel* apareceu para a cidade e para o bairro como agente do mal, monstro, animal, figura a ser extirpada da comunidade humana e do âmbito do sagrado.

Os autores do crime de chacina, nesse sentido, tornaram-se, - na narrativa pública e dramática de *Chacina do Rangel* dos empreendedores morais da cidade de João Pessoa, - o bode expiatório oportuna e convenientemente construído para uma

¹²Dona Neuza é um nome fictício, assim como os demais nomes empregados nas referências aos moradores do bairro do Varjão/Rangel, salvo algumas poucas exceções de nomes de personagens reais amplamente divulgados pelas mídias sociais e de conhecimento público da cidade de João Pessoa.

cruzada moral (GUSFIELD, 1986) pela captura da pobreza urbana como elemento de ameaça e perigo. A partir deste argumento a mídia local logrou escandalizar, em um primeiro momento, a multidão de vizinhos que acudiram à cena do crime e que, então, passaram a definir a situação do crime entre iguais como *surto descivilizador*, *pânico e falência moral*, de modo que a reparação da normalidade normativa e da ordem cosmológica, no bairro e na cidade, reclamava uma *ofensiva civilizadora* sobre o bairro do Varjão/Rangel: o paradigma da pobreza urbana moralmente degradada e contagiosa.

A potencialização da estigmatização do lugar Rangel foi sentida pelos seus moradores na medida em que a cidade de João Pessoa desconstruiu o esforço de dissociar a denominação *Rangel* do contexto *Varjão* de sociabilidade de baixo padrão moral. Ainda nas palavras de Dona Neuza, a tragédia “*chocou a vizinhança toda, geral. E finalmente esse negócio abalou o mundo geral. Aqui foi uma banda do céu que caiu*”.

A fala desta moradora, ao afirmar enfaticamente o sentimento de *vergonha-desgraça* (SCHEFF, 1990) e de humilhação como forma de julgamento moral do morador do bairro em face da tragédia amplamente escandalizada pela mídia local, situou este momento de ruptura na sociabilidade do bairro em relação a um passado em que as denominações *Varjão* e *Rangel* eram tidas como minimamente dissociadas no imaginário que o morador alimentava sobre o como era visto e classificado moral e emocionalmente pela cidade de João Pessoa. O Varjão/Rangel passou, então, com a narrativa da chacina como tragédia, a ser encarado como um lugar ainda mais problemático e a ser pacificado com relativa urgência, principalmente pela ação ostensiva e disciplinar das forças policiais e pela reconfiguração simbólica, moral e emocional, do crime ali ocorrido, tanto de uma perspectiva religiosa quanto de uma perspectiva laicizante de retomada do lugar.

O Rangel é o bairro do amor

No caso etnografado, percebe-se como o bairro do Varjão/Rangel, considerado pelos empreendedores morais da cidade como objeto da cruzada simbólica, aparece, também, como ator e agente social coletivo que busca impor projetos e reafirmar memórias próprias de um lugar de pertença, participando da cruzada simbólica como uma narrativa moralizante também sua, mas em sentido contrário. Ao assumir o discurso de uma cruzada moral fortemente moralizante que busca apropriar-se da pobreza como problema urbano e como questão de controle social, o esforço do morador, no sentido inverso, busca a afirmação de uma dignidade do bairro, enfatizando

as fronteiras e hierarquias morais que separam os *bons* e os maus, o *morador de bem* e o *monstro social*. O lugar *Varjão*, assim, está sempre mais além do horizonte do lugar *Rangel*, como uma sombra que se projeta para frente, embaçando os projetos futuros.

Acometidos pelo acentuado sentimento de vergonha-desgraça e de humilhação causado pela associação do nome *Rangel* ao ato perverso da chacina, amplamente escandalizado e transformado pelos empreendedores morais locais em narrativa moralizante de acusação, os moradores do bairro buscaram, desde o que sentiram a denominação *Chacina do Rangel*, como o enlamear o esforço coletivo de restauração da imagem do bairro através da imputação do nome *Rangel* à chacina, dissociá-lo da prática perversa de crueldade de um *monstro*, e, por conseguinte associá-la ao nome *Varjão*, que já era, em si, carregado moral e emocionalmente como signo de incivilidade e de violência. Nesse sentido, os moradores se posicionaram na cruzada moral instalada de moralização e de civilização das áreas de pobreza urbana, tidas como lócus de práticas de violência, e, assim, se esforçou em demonstrar que nem toda pobreza deveria carregar esse estigma. Ao mesmo tempo, estes moradores buscavam retornar à sua luta de dignificação do bairro através da nomeação *Rangel*.

As estratégias de desculpa, de evitação e de preservação da fachada, portanto, tão comuns no cotidiano interacional de uma ordem social em estado de liminaridade, despontam, nesse sentido, no discurso do morador do *Varjão/Rangel* que utiliza do jogo moralizante do empreendedor moral da cidade sobre o lugar da chacina, - mas não sobre o seu lugar de pertença, - para a partir dele poder estabelecer-se de volta na sua luta pela dignidade do lugar em que habita, o *Rangel*, dissociando-o do lugar da chacina. Assim, este morador participa ativamente das chamadas da mídia e de outros empreendedores morais para a limpeza simbólica do espaço onde ocorreu a chacina, com a destruição da casa dos agressores, vista como demonizada, e com a purificação da casa das vítimas.

O morador do *Varjão/Rangel* também aderiu à ideia de construção de um santuário no local da chacina, e, ainda, apresentou-se contra a sociedade civil posicionada contra a cotidianidade de tortura nos presídios da cidade, após a viralização de um vídeo em que agentes penitenciários torturam o agressor considerado como o autor principal da chacina, o Carlos José Soares de Lima (batizado pela mídia local de *Monstro do Rangel*), seguindo em comitiva até o governador para solicitar a manutenção do diretor do presídio onde ocorreu a tortura, dizendo que torturar foi pouco e que devia era ter matado o assassino, o *demônio encarnado*.

Todas estas incursões no cenário político que se tornou a chacina tiveram por intenção a separação do lugar de pertença, onde moram, do espaço da chacina, lugar associado ao *mal* e à *maldade*. E, com isso, pensaram poder retornar à luta para a inserção do seu bairro, o *Rangel*, na cidade, como um lugar de *gente de bem*. Esta mesma lógica de ordenamento moral e emocional pela reafirmação da diferença entre o morador do bairro como gente de bem e o morador problemático que mancha e suja a fachada do bairro pode ser vista na paisagem urbana do bairro, que denuncia de forma irônica e ressentida os problemas reais e imaginários do bairro.

A ironia aparece, em Goffman (1998), como uma modalidade de discurso que a um só tempo aproxima e afasta o sujeito de fala do evento crítico ou situação-limite que este relata. Trata-se de uma postura moral que combina o envolvimento crítico e o desengate oportuno de cadeias de interdependência conforme a os possíveis enquadres que esta venha a suscitar entre os relacionais.

No entender de Werneck (2015) a ironia é uma competência de atores e agentes reflexivos em situação crítica, mas também um dispositivo moral capaz de conciliar possibilidades de crítica a uma situação específica, sem, contudo, ocasionar rupturas na rotina dos atores e agentes sociais. A ironia, ou jocosidade, assim, faz parte do jogo oficioso e público de desculpas e acusações em um cenário tensional e ambíguo, onde *bons* e *maus* não se diferenciam facilmente (HUGHES 2013), de modo que “a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando ainda assim, a colocação de algo [de uma situação dada] em questão” (WERNECK, 2015, p. 4).

O ressentimento, por sua vez, é uma experiência de rebaixamento moral acentuado, que remete a “um tempo repetitivo gerador de fantasmas e pensamentos hostis vividos na impotência” (ANSART-DOURLEN, 2004, p. 351). O ator e agente social ressentido se encontra em uma situação de engolfamento resultante de um trauma, injustiça, quebra de confiança e vergonha-desgraça que desorganiza simbólica e materialmente seu espaço de relações e, conseqüentemente, sua capacidade de narrar o passado e de projetar o futuro em conformidade com seus critérios próprios de definição da situação.

Nessa lógica de ação discriminadora, o morador do bairro do Varjão/Rangel buscou utilizar o discurso de estigmatização e de vergonha-desgraça de que o bairro foi acometido para um esforço de diferenciação entre o lugar da pertença e o lugar da chacina: o lugar do *morador de bem* do lugar do *monstro*. A liminaridade, com isso, se

situa no contexto situacional e interacional de relações em que o morador entra no jogo do empreendedor moral de intervenção civilizatória no bairro, mas direciona esta intervenção sobre o lugar da chacina, de modo a dissociá-lo da normalidade normativa do bairro do *Rangel*.

Trata-se, assim, de uma dinâmica pública de disputas morais em que a liminaridade aparece em seu aspecto duplo de vergonha-desgraça e de retorno à luta pela dignidade. Este jogo de desculpa de si e de acusação do outro foi construído em torno de uma narrativa de *trauma cultural* (ALEXANDER, 2004), isto é, um empreendimento moral difuso e aparentemente anônimo, uma vez que se realiza no modo silencioso da fofoca, da acusação e da rejeição ressentida e irônica do agressor.

A narrativa de *trauma cultural* do morador do Varjão/Rangel, nesse sentido, denuncia ironicamente os momentos de quebra de confiança gerados pelos empreendedores morais da cidade em suas investidas sobre o bairro enquanto recurso simbólico e material estratégico para a cidade¹³. Elemento de ressentimento e medo para o morador do Varjão/Rangel, o lugar do crime, com todas as tentativas de apropriação simbólica e com todas as transformações inconclusas porque passou, permanece como espacialidade e temporalidade em suspenso e terrivelmente liminar: tanto aponta para uma possível retomada de intervenções no bairro por parte dos empreendedores morais **locais**, quanto provoca o ressentimento irônico do morador que se viu frustrado ao confiar na ajuda da cidade para mobilizar-se por um projeto de reordenamento cosmológico e de recomposição moral do lugar *Rangel*.

Em breve passeio pela *Pracinha*, na Rua Oswaldo Lemos, por volta das 17h do dia 10 de outubro de 2017, foi possível perceber o quanto o local do crime permanece assombrado, configurando, ainda, um interdito geográfico e simbólico. Da conversa com as crianças e adolescentes ali presentes sobre o significado e a história daquela construção *parada no meio do tempo*, registrou-se o seguinte:

Rapaz 1: Aqui fizeram por causa do *Mata Sete*!

Rapaz 2: Ia ser uma Capela.

Moça: Não quero que seja uma capela, não! Quero que fique assim mesmo para a gente brincar!

Rapaz 2: Ia! Vai mais não!

¹³Nessa lista de promessas descumpridas, a credibilidade da mídia local e da Igreja Católica, por exemplo, foram severamente abaladas com a falência do projeto oportunista de construção de uma Capela ou Santuário dedicado às vítimas da chacina no local do crime; projeto este de certa forma retomado pela Administração Pública, - atualmente também desacreditada, - no esforço de construção de um Monumento à Paz, mas também jamais concluído.

Moça: Mas faz de mais de um mês que um povo veio aqui com um bocado de gente para fazer gravações. Tinha um homem que falava no microfone e tudo: ‘Aqui aconteceu uma tragédia...’.

Rapaz 1: Aqui quem começou a fazer foi o Samuka¹⁴, mas parou.

Nesse ponto a conversa mudou da *Pracinha* para a dinâmica interacional sobre como as famílias envolvidas no crime de chacina passaram a se estranhar e ameaçar reciprocamente por causa de desentendimentos e rugas banais cotidianos, como o caso envolvendo a *disputa por uma galinha*, - e que foi exaustivamente escandalizado pela mídia local. E, ainda, o fato de que os vizinhos e a família chacinada diziam *muitas coisas* (ver o Processo Judicial da *Chacina do Rangel*) com o Carlos José (um dos autores da chacina), apesar de ser ele um rapaz trabalhador e que *não mexia com ninguém*.

Nessa ótica perspicaz do morador, portanto, a violência banal e cruel na forma de crime entre iguais que chocara a cidade e sujara ainda mais a fachada do já estigmatizado Varjão/Rangel, deveria ser compreendida desde a sua lógica interacional e suas gramáticas morais e emocionais específicas. Enquanto que a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, produto da ação de empreendedores morais da cidade sobre o bairro, - e dos quais faziam parte aquele *povo que veio aqui com um bocado de gente para fazer gravações*, - deveria ser compreendida como argumento moral para a intervenção simbólica, policial e urbanística no Varjão/Rangel.

O empreendimento moral de um trauma cultural como estratégia de recomposição moral do lugar poluído pela *Chacina do Rangel*, nesse sentido, operava a denúncia irônica e ressentida do morador em relação à cruzada simbólica sobre o bairro por parte da cidade de João Pessoa. Os elementos centrais dessa narrativa de trauma cultural eram, assim, a diferenciação entre o crime de chacina e a narrativa pública e dramática da Chacina do Rangel, bem como as sucessivas quebras de confiança produzidas na ofensiva civilizadora sobre a pobreza urbana paradigmaticamente reconhecida nas sociabilidades, na cultura emotiva e nos códigos de moralidade do Varjão/Rangel.

Interessa enfatizar, assim, que o processo de apropriação moral da chacina, em seu primeiro momento, fazia menção ao *bairro do Rangel* como um dado meramente geográfico, como informação de um ponto do mapa da cidade onde ocorrera um crime particularmente violento e que fortemente transgredia a normalidade normativa e as

¹⁴Conhecido apresentador de programa televisivo sensacionalista sobre a violência cotidiana na cidade e que faz uso de sua popularidade para fins políticos.

exigências civilizatórias consensualmente aceitas pela cidade. Esse ponto no mapa, um lugar obscuro da sociabilidade urbana periférica de João Pessoa, apontava para uma situação que aglutinava a um só tempo a falência dos valores familiares publicamente defendidos, - isto expresso na destruição banal e cruel dos vínculos primários de confiança e confiabilidade entre vizinhos-irmãos que compartilhavam intensamente suas memórias, projetos, intimidades e destinos, - e, algo ainda mais assombroso e impactante para o homem comum, a segurança ontológica mesma no outro relacional em um contexto urbano já deveras caracterizado por uma forte cultura do medo e da violência difusa.

A mídia local e alguns políticos destacados da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, nesse sentido, levantaram oportunamente os valores da *família paraibana* como instância moral a ser reafirmada em face do horror dos vínculos familiares e vicinais barbaramente desfeitos. Assim, um bairro com histórico policial de ser violento e socialmente estigmatizado pelas suas práticas de convivência cotidiana consideradas de baixo padrão moral, - mas que até então podia ser razoavelmente enquadrado no âmbito das expectativas públicas sobre a violência urbana cotidiana, entendida e explicada pelo senso comum como resultado da pobreza e da exclusão social, - passou, também, a ser definido como um lugar na e da cidade a ser urgentemente civilizado mediante procedimentos de contenção moral e de controle ostensivos, estendidos posteriormente para toda a pobreza urbana da cidade pensada como potencialmente perigosa e bárbara.

A ofensiva civilizadora dos empreendedores morais da cidade, conduzida pela mídia local e encampada pela Igreja Católica e pela Administração Pública, organizou-se em torno da narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, também reproduzida e acomodada judicialmente em um Tribunal do Júri espetacularizado. A Igreja Católica e a Administração Pública, sob provocação da mídia local, investiram, assim, em empreendimentos morais de reordenação do social sob o argumento do sagrado religioso, - no caso da retomada do lugar do crime mediante a construção de um espaço sagrado, tipo Capela ou Santuário às vítimas da chacina, - e do sagrado mundano, - expresso em um enorme esforço de pacificação, reurbanização e gentrificação de bairros populares e territórios perdidos para a violência através de políticas sistemáticas de planejamento e mobilidade urbana e de segurança pública.

A resposta do morador à ofensiva civilizadora da cidade de João Pessoa sobre o bairro do Varjão/Rangel, nesse sentido, se reveste desde então de uma postura irônica e ressentida que busca enquadrar o surto descivilizador da *Chacina do Rangel* como um *trauma cultural* que, se por um lado revelou a passagem da *monstruosidade* pelo lugar *Varjão*; demonstrou também, por outro lado, as enormes limitações dos empreendedores morais locais em moralizar, pacificar, reurbanizar, gentrificar e mesmo purificar a poluição moral e emocional atribuída ao Varjão/Rangel enquanto paradigma da pobreza urbana tida como violenta e perigosa.

Os moradores do Varjão/Rangel, nesse sentido, respondem à violência cotidiana, principalmente no formato de vulnerabilidades interacionais e de estigmas, com estratégias de resiliência, articuladas em posturas de evitação irônica e ressentida. Desta maneira buscam operar a manutenção e a preservar da fachada do bairro e de sua ordem moral no contexto dos medos corriqueiros (KOURY, 2005)¹⁵ e da vergonha cotidiana (BARBOSA, 2015) em que esta se constrói.

O conceito de resiliência é aqui trabalhado de uma perspectiva da antropologia das emoções, possibilitando a análise da construção cotidiana de uma cultura emotiva enquanto jogo de tensões e conflitos. Jogos em que atores e agentes sociais produzem seus mundos simbólicos em disputas morais indeterminadas e traumáticas, sem, contudo, perderem um horizonte mínimo de continuidade e reprodução de suas práticas sociais e projetos individuais e coletivos no âmbito dos campos de possibilidades de suas relações.

Este termo busca sintetizar a capacidade do ator e agente social de se recobrar facilmente ou de se adaptar à má sorte, de superar obstáculos ou de resistir à pressão de situações adversas ou a mudanças traumáticas decorrentes de experiências de ruptura e quebra de confiança em seu cotidiano de normalidade normativa. A resiliência, com efeito, aponta para as competências do ator e agente social em lidar crítica e reflexivamente com suas memórias traumáticas e com seus projetos frustrados ou idealizados.

Deste modo, a resiliência aponta para o esforço individual e coletivo de negociação da situação, mesmo quando os custos emocionais são altos e as expectativas

¹⁵Os medos, corriqueiros quando conformam o cotidiano e o imaginário do homem comum, condicionam fortemente a estruturação dos projetos e identidades individuais e coletivos, apontando, enquanto emoção específica, para como se articulam a relação entre indivíduo e sociedade, a própria cultura emotiva e os códigos de moralidade de uma sociabilidade concreta.

de realização são baixas ou nenhuma. A ironia, a jocosidade e o sarcasmo figuram, assim, como formas elaboradas de deslocar-se em situações de engolfamento e vergonha-desgraça (SCHEFF, 2011 e 2013). Este deslocamento combina, portanto, duas estratégias de violência simbólica: a ironia e o ressentimento.

Em um conjunto de imagens produzidas em vários pontos do Varjão/Rangel, foi possível, nesse sentido, captar elementos da cultura emotiva irônica e ressentida de um bairro que luta por reconhecimento na cidade de João Pessoa. Expressões que modulam acusações indiretas aos empreendedores morais locais, que *deveriam* cuidar do bairro, estas imagens compreendem facetas do empreendedorismo moral do morador do Varjão/Rangel.

Nas imagens captadas na Praça da Amizade, ponto de encontro central para a sociabilidade de lazer dos moradores, o grafite chama a atenção para o descuido da Administração Pública em relação ao bairro, cotidianamente vivenciado nos projetos públicos inconclusos e na violência difusa, com mensagens como: “*isso é Rangel ou Síria?!*”, “*E a verba pública cadê?*”, “*Nesse mundo errado um monte paga de certo*”, “*Fogo nos racistas!!*”.



Figura 1 – Grafite na Praça da Amizade denuncia a violência difusa e o descaso da Administração Pública em relação ao Varjão/Rangel, chamando também atenção para o estigma que pesa sobre o bairro.
Fonte: Arquivos do GREM.

Ainda nas proximidades da Praça da Amizade, na Avenida 02 de Fevereiro, corredor central do Varjão/Rangel no sentido Centro-Zona Sul de João Pessoa, uma mensagem de *GATO*, personagem recorrente na cena juvenil do bairro, explora a indignação do modor do bairro em relação à violência difusa e à criminalidade organizada que faz uso do lugar Rangel em convivência com os empreendedores morais da cidade: “*Pra q essa guerra injusta. Quem trouxe as armas para os pobres sem estudo rouba se desespera*”.

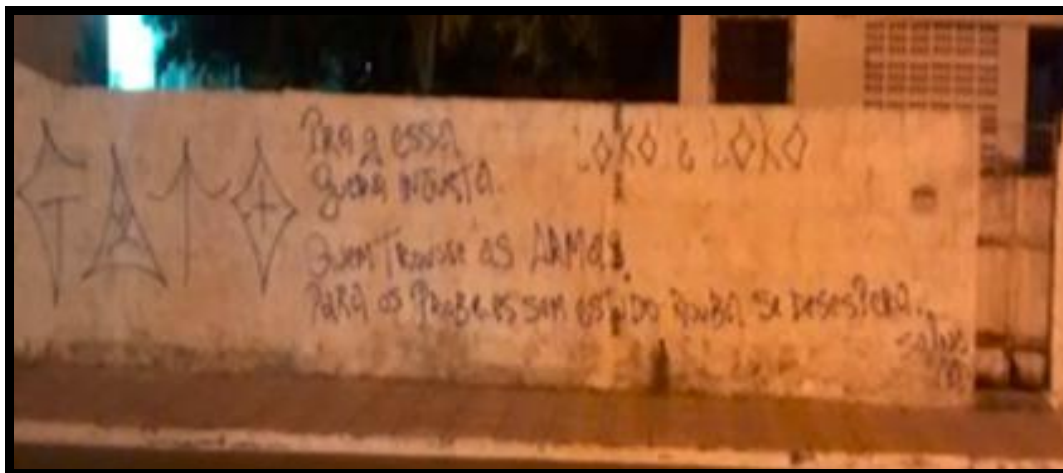


Figura 2 – Grafite na Avenida 02 de Fevereiro denuncia a violência difusa e a criminalidade organizada no Varjão/Rangel. **Fonte:** Arquivos do GREM.

Em paralelo a esta mensagem, chamou a atenção um grafite na Rua da Mata ou Rua São Geraldo, um dos pontos mais precarizados do Varjão/Rangel e também considerado como uma das áreas de maior circulação de produtos ilícitos. A mensagem, nesse caso, é de afirmação dos grupos juvenis ligados a torcidas organizadas e pequenas gangues, os *engraçadinhos* do bairro: “*Em terra de Okaida o Flamengo reina! Paz – Liberdade - Fechado P.K. - OKD*”.



Figura 3 – Grafite na Rua da Mata ou Rua São Geraldo com alusão a atividades de gangues juvenis ligadas a torcida de futebol e ao crime organizado, no Varjão/Rangel. **Fonte:** Arquivos do GREM.

A pobreza urbana, com efeito, vê-se a si mesmo, em muitos sentidos, a partir do olhar envergonhado e moralizante do empreendedor moral da cidade que lhe qualifica como desvalor e como contexto interacional inverso ao da fachada que a cidade busca oficialmente performatizar. Deste modo, o morador se ressentia da possibilidade de vir a ser envergonhado e amedrontado a qualquer momento, mas, como se pode deduzir das mensagens em forma de pixo e grafite, supracitadas, busca apropriar-se dessa situação de desvalor e estigma a partir de um discurso irônico de acusação dos empreendedores morais locais e de trauma cultural como condição da cultura emotiva do Varjão/Rangel, colonizando, assim, até mesmo o local do crime de chacina, elemento simbólico central para a narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel*, e transformando-o na atual *pracinha*: ainda que permaneça como lugar assombrado, um lugar interdito e perpassado por silêncios e cuidados, vem paulatinamente sendo transformado em um lugar de encontros e jogos para os moradores do bairro, em especial da Rua Oswaldo Lemos.



Figura 2 – Imagem da obra pública inconclusa do Monumento à Paz, transformada simbolicamente pelos moradores do Varjão/Rangel na *pracinha*. **Fonte:** Arquivos do GREM.

A *Pracinha* pode ser apontada como um dos mais importantes esforços do empreendedorismo do morador do bairro no sentido da recomposição moral e emocional da ordem cosmológica, da cultura emotiva e dos códigos de moralidade do Varjão/Rangel. Recomposição moral esta que vem sendo elaborada desde o fatídico 09 de julho de 2009, quando o crime banal e cruel de chacina entre iguais começou a ser apropriado pelos empreendedores morais da cidade como narrativa de surto descivilizador e falência moral da *Chacina do Rangel*.

Um registro no diário de campo de 30 de abril de 2017 resume bem este sentimento de desvalor e envergonhamento do morador local, articulado, porém, com uma postura de resiliência. Em um breve discurso proferido de improviso para uma multidão de jovens que acompanhavam o seu show, em frente ao CAC do Rangel¹⁶, no domingo anterior ao feriado do Dia do Trabalhador, assim se expressou um dos artistas do bairro, visivelmente emocionado: “*O Rangel é o bairro do carinho, do amor e do respeito... mas ninguém dá oportunidade*”.

Considerações Finais

Este artigo buscou analisar os impactos morais e emocionais do crime de chacina transformado em narrativa pública e dramática da *Chacina do Rangel* e em argumento de ofensiva civilizadora dos empreendedores morais da cidade de João Pessoa no cotidiano dos moradores do Varjão/Rangel. Valeu-se, assim, de uma abordagem etnográfica sobre a cultura emotiva e os códigos de moralidade que caracterizam as sociabilidades no bairro desde então, mas também no contexto da relação bairro-cidade e em perspectiva histórica de evolução urbana da cidade.

Nesse sentido, a discussão girou em torno das ações de empreendedorismo moral dos moradores do bairro em face do estigma que pesa sobre o Varjão/Rangel. Estigma este potencializado pela escandalização midiática do crime de chacina ali ocorrido como surto descivilizador e falência moral e em cujo contexto o morador responde com estratégias ressentidas e irônicas de recomposição moral.

Referências

ADAMS, Richard N. *La red de la expansion humana*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Universidad Autónoma Metropolitana: Universidad Iberoamericana, 2007.

ALBERONI, Francesco. *Enamoramento e Amor*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In: Jeffrey Alexander et. al (Orgs.), *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkley / Los Angeles / London: University of California Press, 2004.

ANSART-DOURLIN, Michèle. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: Stella Bresciani; Márica Naxara (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, p. 347-365, 2009.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

¹⁶Centro recreativo local e um dos símbolos da cultura emotiva e dos códigos de moralidade o Varjão/Rangel na cidade de João Pessoa.

- BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana: Um Estudo em Antropologia das Emoções*. Cadernos do GREM N° 8. Editora Bagaço: Recife; Edições do GREM: João Pessoa, 2015.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Direito legal e insulto moral: Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- COELHO, Maria Cláudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das dimensões. *Mana*, v. 16, n.2, p. 265-285, 2010.
- COOLEY, Charles Horton. O self social e o significado do *Eu*. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 47, p. 173-192, 2017.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert. *Los Alemanes*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *Atrás dos fatos. Dois países, quatro décadas, um antropólogo*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- GOFFMAN, Erving. Footing. In: Branca Telles Ribeiro e Pedro M. Garcez (orgs.). *Sociolinguística interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE Editora, 1998, 11-15.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic crusade: Status Politics and the American Temperance Movement*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- HUGHES, Everett C. As boas pessoas em trabalho sujo. In: Maria Claudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013, pp. 91-108.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos Corriqueiros e Sociabilidade*. João Pessoa: Edições GREM / Editora Universitária UFPB, 2005.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Quebra de confiança e conflito entre iguais: cultura emotiva e moralidade em um bairro popular*. Série Cadernos do GREM, N° 9. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2016.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade. *Etnográfica*, v. 18, n. 3, p. 521-549, 2014.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro., ZAMBONI, Marcela, BRITO, Simone. Como se articulam vergonha e quebra de confiança na justificação da ação moral. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, n. 2, pp. 251-268, 2013.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro, ZAMBONI, Marcela, BRITO, Simone M. *Confiança e Vergonha: Uma análise do cotidiano da moralidade*. Caxambu: Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS – ST 32: Antropologia e Sociologia da Moral, 2010.
- PARSONS et al. Papel e sistema social. In: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Orgs.). *Homem e Sociedade: Leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- REGT, Ali de. Ofensiva civilizadora: do conceito sociológico ao apelo moral. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n.47, 2017, p. 137- 153.
- REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: discourse, emotion, and social structure*. Chicago: University Of Chicago Press, 1990.
- SCHEFF, Thomas J. A vergonha como a emoção principal da análise sociológica. Alguns exemplos nas músicas populares. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 28, pp. 74-86, 2011.
- SCHEFF, Thomas J. Desvendando o processo civilizador: vergonha e integração na obra de Elias. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 12(35): 637-655, 2013.
- SCHEFF, Thomas e RETZINGER, Suzanne. *Violence and Emotions*. Lexington, Lexington Books, 1991.
- SIMMEL, Georg. Fidelidade: Uma tentativa de análise sócio-psicológica. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 2(6): 513-519, 2003.
- SIMMEL, Georg. Gratidão: Um experimento sociológico. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 9(2): 785-804, 2010.
- WERNECK, Alexandre. “Dar uma Zoada”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, 2015, p.187- 221.
- ZAMBONI, Marcela. “*Quem acreditou no amor, no sorriso, na flor*”: A confiança nas relações amorosas. Tese. Recife: PPGS/UFPE, 2009.